



Pregão garante economia para o Senado

O primeiro pregão realizado pelo Senado permitiu economia de R\$ 3 milhões, diz Romeu Tuma. A nova modalidade foi utilizada para a compra de equipamentos de informática.

Página 6

Muda o repasse de verbas para segurança

Projeto de lei aprovado pelo Plenário estabelece critérios para distribuição dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. Também fica determinada a forma de fiscalização das verbas.

Página 3

Ano da Mulher será celebrado em 2004

Os senadores aprovaram por unanimidade a instituição de 2004 como Ano da Mulher. Para divulgar a data, o governo deverá promover atividades envolvendo a sociedade civil.

Página 3

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Viana mantém texto aprovado na Câmara

Todas as 290 emendas apresentadas pelos senadores ao projeto de reforma da Previdência foram rejeitadas pelo relator. Ele admite, no entanto, que mudanças não estão descartadas. Relatório deverá ser votado pela CCJ na quarta-feira



Márcio Kolumbe

NEGOCIAÇÃO Relator na CCJ, presidida por Edison Lobão (E), Tião Viana admitiu modificações se houver acordo com governadores

O projeto de reforma da Previdência, aprovado pela Câmara dos Deputados, foi mantido sem alterações pelo relator do texto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se-

nador Tião Viana, que rejeitou todas as 290 emendas apresentadas. Ele admitiu, todavia, futuras mudanças, como no caso do subteto salarial, dependendo de negociações com os go-

vernadores. A oposição anunciou que tentará aprovar emendas. Também ontem, o ministro Ricardo Berzoini voltou a discutir a proposta na Comissão de Assuntos Sociais.

Páginas 4 e 5

Lista para transplantes não poderá ser alterada

O Plenário aprovou ontem projeto proibindo mudanças na ordem dos inscritos na lista única nacional dos candidatos a transplantes. A falta de leito em hospital público não pode mais ser motivo para mudar a ordem da fila. Como foi emendada pelo Senado, a proposta retorna à Câmara.



Roosevelt Pinheiro

RESTRICÇÕES Únicas exceções à proibição aprovadas pelo Plenário são no caso de incompatibilidade orgânica ou iminência de morte

Página 3



REDISTRIBUIÇÃO Ideli também defende que educação especial receba mais recursos do Fundef

Ideli quer mais verbas para escola rural

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) apresentou projeto de lei propondo uma redistribuição dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Ela pediu o apoio dos senadores à sua proposição, que amplia o volume de recursos a ser destinado à educação especial e às escolas rurais.

Pela proposta da senadora (PLS nº 390/2003), o valor mínimo a ser repassado por aluno da educação especial será duplicado. Ideli acredita que, dessa forma, poderá haver aumento da oferta de vagas e a inclusão dessa modalidade de ensino em escolas que ainda não a oferecem. Já as escolas situadas na zona rural teriam um acréscimo de 33% no valor que recebem por aluno.

– Sabemos que as escolas situadas na zona rural têm custo mais elevado que as instaladas no meio urbano. Por terem um número menor de alunos, exigem do estado ou da prefeitura um gasto maior. Isso tem gerado a urbanização. O resultado é que muitas escolas rurais têm sido fechadas – afirmou a senadora Ideli Salvatti.

Agenda



Plenário discute propostas de emenda à Constituição

Quatro propostas de emenda à Constituição (PECs) serão discutidas em Plenário, às 14h30. Uma delas, apresentada por Sérgio Zambiasi (PTB-RS) – *foto* – e que transfere aos estados a criação de municípios, terá

sua quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno (PEC nº 13/03); a proposta que define normas para vetos presidenciais passará pela terceira sessão de discussão em primeiro turno (PEC nº 72/99).

Sarney recebe presidente da Confederação do Ministério Público

O presidente do Senado, José Sarney, participa hoje, às 10h, de reunião da Mesa Diretora da Casa; às 11h30, recebe Marfan Martins Vieira, presidente da Confederação Nacional do Ministério Público. Sarney também participa, às 16h, da sessão solene em comemoração ao 175º aniversário da lei que criou o Supremo Tribunal de Justiça, antecessor do Supremo Tribunal Federal.

Indicações para a Anvisa são examinadas na CAS

A partir das 10h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) se reúne para votar, entre outros itens, a indicação de Franklin Rubinstein e Victor Hugo Costa da Rosa para cargos na diretoria colegiada da Agência Nacional de



Vigilância Sanitária. As votações serão secretas. O colegiado também deve votar o projeto de lei da Câmara que prevê a obrigatoriedade do atendimento odontológico pelo Sistema Único de Saúde (PLC nº 3/01).

CPI do Banestado ouve ex-governador do Paraná

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Banestado, que investiga a evasão de divisas pelas contas CC-5, vai ouvir hoje, às 11h, a exposição de Jaime Canet, ex-governador do Paraná, e do médico José

Ricardo Savioli. A CPI da Exploração Sexual, presidida por Patrícia Saboya (PPS-CE), também se reúne hoje, no mesmo horário, para discutir assuntos administrativos em reunião reservada.

Celso Amorim discute resultados da reunião da OMC

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) se reúne hoje em dois horários, às 10h e às 15h. De manhã, o colegiado vai examinar proposições, como as indicações de José Jerônimo Moscardo de Souza e Antonio Carlos Coelho da Rocha para exercerem, respectivamente, os

cargos de embaixadores do Brasil junto à Bélgica e à Jordânia. À tarde, o colegiado realiza audiência pública com o ministro das Relações Exteriores, chanceler Celso Amorim (*foto*), sobre os resultados das negociações com a Organização Mundial do Comércio (OMC).



Orçamento de 2004 em debate

A audiência pública com a presença do ministro do Planejamento, Guido Mantega, para falar sobre os projetos de Lei Orçamentária, foi remarcada para hoje, às 10h, na Comissão Mista de Orçamento (CMO). A Subcomissão da Dívida Pública, que tem realizado audiências com governadores, se reúne hoje, às 10h30, com a presença do secretário da Fazenda do estado da Bahia, Alberico Marcarenhas.

Seminário sobre Previdência

A Consultoria Legislativa, em parceria com o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), realiza hoje, das 14h30 às 17h30, o seminário "PEC da reforma da Previdência: o projeto aprovado pela Câmara, suas virtudes e seus pontos polêmicos". Os expositores são os consultores legislativos do Senado Gilberto Guerzoni Filho e Fernando Boarato Meneguim, e o consultor da Câmara Flávio Freitas Farias.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



ESCLARECIMENTO Níveis de gordura trans devem vir no rótulo, defende Valmir Amaral

Embalagem deve informar tipo de gordura

Projeto do senador Valmir Amaral (PMDB-DF) torna obrigatória a indicação, na embalagem de alimento, da quantidade de gordura trans, substância que pode apresentar mais riscos à saúde que a gordura saturada, conforme estudos apresentados pelo senador. A matéria, que está em análise na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), determina que embalagens informem níveis máximos aceitáveis desse tipo de gordura (PLS nº 325/03).

As principais fontes de gordura trans são a margarina, especialmente a vendida na forma de tablete, e a gordura hidrogenada, muito utilizada no preparo de tortas e sorvetes. Ela é resultante de um processo chamado de hidrogenação, que converte gorduras líquidas em sólidas. Quanto mais dura for a margarina, maior a quantidade de gordura trans presente.

Colesterol

Na justificativa da proposta, o senador menciona estudos científicos apontando a substância como responsável por um aumento nos níveis do colesterol LDL, prejudicial às artérias, e pela diminuição do colesterol HDL, considerado saudável. Além disso, esse tipo de gordura aumenta os níveis de triglicérides, um dos fatores de risco para o coração, sendo tão prejudicial quanto a gordura saturada, presente em produtos que contêm gordura animal.

Para Valmir Amaral, se nos rótulos constasse a quantidade de gordura trans presente nos produtos, as pessoas poderiam diminuir o consumo da substância. "Não é possível avaliar o quanto se está ingerindo por falta de informação nas etiquetas dos alimentos", ressalta.

O senador acredita que o uso da substância beneficia a indústria alimentícia, já que as gorduras sólidas são mais fáceis de serem comercializadas.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Sihessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Nelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Mudanças no Fundo Nacional de Segurança

Substituto da Câmara ao projeto de lei do Senado (PLS nº 108/2002) que altera dispositivos da Lei nº 10.201/2001, que criou o Fundo Nacional de Segurança Pública, foi aprovado na sessão plenária de ontem. Para corrigir um "equívoco formal", o substitutivo já tinha sido alvo de adequação redacional promovida pelo relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Demostenes Torres (PFL-GO). A matéria vai à sanção presidencial.

O Fundo Nacional de Segurança Pública é gerenciado pelo governo federal e foi criado para financiar projetos na área de segurança pública a cargo dos estados, Distrito Federal e municípios, desde que estes últimos possuam guarda municipal. A proposta aprovada estabelece critérios para distribuição dos recursos do fundo e a forma de fiscalização do dinheiro.

Durante a discussão da proposição em Plenário, Demostenes destacou algumas das vantagens do substitutivo, como garantir recursos para atividades de informação, inteligência e investigação, bem como sistemas de estatísticas policiais; priorizar a liberação de verbas para os estados que tenham reduzido a criminalidade; e obrigar os estados e os municípios beneficiados pelo fundo a prestar contas de seu desempenho ao conselho gestor dos recursos e à Secretaria Nacional de Segurança Pública.

— Esse projeto deve melhorar as condições da segurança pública, em tese, se esses recursos forem bem aplicados pelo Ministério da Justiça — comentou Demostenes.



Roosevelt Pinheiro

VANTAGENS Demostenes Torres resalta benefícios da proposta votada ontem pelos senadores



Roosevelt Pinheiro

VOTAÇÕES Plenário aprovou ontem diversas matérias, além de alterar a Lei dos Transplantes

Proibida inversão na lista única de transplantes

■ Projeto acolhido ontem pelo Senado visa garantir atendimento para usuários do SUS

O Plenário aprovou ontem substitutivo do Senado e duas subemendas da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ao projeto que proíbe a inversão da ordem de inscritos na lista única de espera do Sistema Nacional de Transplante caso haja leito disponível em qualquer unidade hospitalar pública ou particular acessível a tempo para realização do procedimento. Como sofreu modificações, a proposta (PLC nº 34/2002) volta para análise na Câmara dos Deputados.

O projeto altera a Lei nº 9.434, de 1997, conhecida como Lei dos Transplantes. Atualmente, todos os órgãos ou tecidos obtidos de doadores são distribuídos segundo um sistema de lista única, contemplando sempre os primeiros inscritos, sejam eles usuários do SUS — que fazem a operação gratuitamente — ou pacientes que pagam o transplante em leitos particulares.

Ocorre que muitas vezes a seqüência é desrespeitada sob a alegação de que faltam leitos em hospitais públicos. Assim, os primeiros inscritos que vão fazer a operação pelo SUS acabam não recebendo o transplante, que vai para os pacientes em leitos particulares.

A proposição aprovada ontem pretende evitar as mudan-

ças na ordem dos inscritos. As únicas exceções a essa regra referem-se aos casos de incompatibilidade orgânica definida em regulamentação específica e de existência de pessoa necessitada de transplante que se encontre na iminência de óbito, segundo avaliação da Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos.

Outra subemenda acolhida na CAS estabelece que a não-observância da ordem dos receptores, ressalvadas as situações excepcionais, resultará em pena de detenção de dois a quatro anos. O substitutivo do Senado determina que o poder público deverá providenciar transporte e internação hospitalar, a fim de que a ordem da lista de espera para transplante seja respeitada.

Violência no campo é tema de CPI mista

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem comunicado sobre a conclusão de acordo das lideranças nas duas Casas do Congresso visando formar uma CPI mista para investigar a violência nas invasões no campo e na cidade.

O relator da nova CPI deve ser o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), informou o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), que revelou ter havido ampla negociação entre deputados e senadores para se chegar à CPI mista.

Os senadores João Capiberibe (PSB-AP) e Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) foram indicados para checar informação divulgada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* de que os líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) José Rainha Júnior e Felinto Procópio dos Santos estão recebendo tratamento desumano na prisão. A indicação foi motivada por requerimento do próprio Capiberibe.

Senado institui 2004 como Ano da Mulher

Por unanimidade, o Senado aprovou a instituição de 2004 como Ano da Mulher. Pelo projeto, o governo deverá divulgar a comemoração e promover programas e atividades envolvendo a sociedade civil. O objetivo das variadas ações é estabelecer condições de igualdade e justiça na inserção da mulher na sociedade. Como o projeto (PLC nº 43/2003) já foi aprovado na Câmara, segue para a sanção presidencial.

Por requerimento do líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), aprovado pelo Plenário, foi adiada para data a ser definida a votação da proposta segundo a qual o Congresso Nacional deve acompanhar, desde o início, as negociações do Executivo relacionadas a atos, acordos, convênios e tratados que versem sobre comércio internacional. A matéria (PEC nº 52/2001) retorna ao exame das comissões.

Outras decisões

Indicações para embaixadas, Cade e DNIT

Os senadores aprovaram as indicações dos diplomatas João Souza-Gomes e Marco César Naslausky para as embaixadas do Brasil na Venezuela e na Dinamarca. Também foram aprovadas as indicações de Roberto Pfeiffer para conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e de Carlos Cotta para o cargo de diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT).

Nova homenagem ao ex-presidente Salvador Allende

A ata da sessão de ontem do Senado incluiu voto de homenagem pela passagem do 95º aniversário de nascimento do ex-presidente do Chile Salvador Allende (foto), ocorrido em 26 de junho passado. A matéria, de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), estava incluída na pauta de 11 de setembro, para coincidir com o 30º aniversário da morte do ex-presidente.



Aprovado texto de acordo rodoviário com a Argentina

O Senado aprovou o texto do acordo assinado entre a Argentina e o Brasil para a construção e exploração de três novas pontes rodoviárias sobre o Rio Uruguai, em frente aos municípios fronteiriços de Itaqui-Alvear, Porto Mauá-Alba Posse e Porto Xavier-San Javier. O acordo prevê a criação de uma comissão binacional para contratar estudo de viabilidade de novas travessias rodoviárias fronteiriças sobre o Rio Uruguai.

Regras para criar municípios devem ser votadas

O Senado vota hoje, em primeiro turno, a proposta de emenda à Constituição que transfere aos estados a competência de legislar sobre a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de municípios. A matéria (PEC nº 13/2003), de autoria de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), foi assinada por outros 23 senadores e obteve parecer favorável na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foi relatada por João Alberto Souza (PMDB-MA).

REFORMAS

Em audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Sociais, ministro Ricardo Berzoini destaca que alterações na Previdência foram promessas de campanha de Lula

PAULO PAIM



Proposta de subteto único para funcionários dos estados conta com o apoio de 25 governadores

ANA JÚLIA



Donas-de-casa, que não estão incluídas no sistema previdenciário, são motivo de preocupação

EDUARDO SUPLICY



Criação de fundos de previdência privada para os servidores públicos precisa ser esclarecida pelo governo

EURÍPEDES



Governo deve implementar soluções para incluir no sistema previdenciário os trabalhadores do mercado informal

CÉSAR BORGES



Para cumprir objetivos sociais, Previdência não pode mirar somente os interesses corporativos

EDUARDO AZEREDO



Portadores de deficiência devem receber apoio do poder público e ter prazo de contribuição reduzido

ARTHUR VIRGÍLIO



Reformas também devem ser debatidas pelos integrantes das comissões temáticas e não apenas pela CCJ

MÃO SANTA



Relator deve analisar emendas com calma. Se a gente se apressa em julgar, se apressa em se arrepende

GARIBALDI



Bancada do PMDB apresentou emendas para alterar regras sobre definição do teto dos benefícios

MARIA DO CARMO



Nem todos os governadores foram ouvidos, e proposta não atende a estados pobres do Nordeste

DEMOSTENES



Governo fala em zerar o déficit, mas não contribui, seja com o benefício previdenciário ou com a Seguridade Social

Berzoini: mudança visa ampliar a justiça social

O ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, afirmou ontem, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que a proposta do governo de reforma da Previdência, em tramitação no Senado, é um anseio da sociedade e tem caráter decisivo para o país avançar em termos de justiça social. A audiência foi presidida pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Berzoini fez uma descrição didática sobre os dois sistemas de previdência em vigor no país, criticou o sistema do setor público e disse que o governo Lula está ciente de que o texto aprovado na Câmara poderá ser modificado no Senado, mas não vai abrir mão de aprovar a reforma, já que ela foi uma promessa de campanha.

O ministro observou que o regime geral, coordenado pelo



Waldemir Rodrigues

RESTRICÇÕES Ao lado de Lúcia Vânia e Papaléo Paes, Ricardo Berzoini (E) critica pagamento integral de salários no serviço público

Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), não apresenta problemas graves de déficit como o sistema público. O regime privado, detalhou, paga benefícios pela média das contribuições, atendendo uma quantidade enorme de beneficiários – 28 milhões de contri-

buintes –, sendo 19 milhões da previdência urbana, 6,9 milhões de pessoas da previdência rural e 2 milhões de beneficiários assistenciais.

Berzoini criticou a paridade entre salários de ativos e inativos e o pagamento integral dos salários no sistema público.

Subteto preocupa parlamentares

Durante a audiência pública promovida ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) com o ministro Ricardo Berzoini, os senadores dos partidos de oposição defenderam alterações no texto da reforma da Previdência aprovado pela Câmara dos Deputados. A maioria deles apontou a necessidade de alteração na regra para definição do subteto para as aposentadorias nos estados e municípios.

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) reclamou que nem todos os governadores foram ouvidos.

O senador César Borges (PFL-BA) afirmou que uma Previdência que cumpra seus objetivos sociais não pode mirar apenas os interesses corporativos. Ele se disse surpreso com o fato de o PT estar propondo a cobrança dos inativos

que no passado combateu.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) anunciou que apresentou emenda, com aval do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, para reduzir o prazo de contribuição dessas pessoas.

Romeu Tuma (PFL-SP) também defendeu maior atenção aos deficientes e reclamou a inclusão das polícias judiciárias (federal e civis) entre as carreiras, como magistrados e procuradores, que têm como subteto 90,25% do salário do ministro do Supremo Tribunal Federal. Assim, ele sugeriu que seja estabelecido um teto único, vinculado a uma carreira de estado.

Demostenes Torres (PFL-GO) criticou o governo por tratar o servidor público como o trabalhador privado, sem dar a sua contrapartida como outros

empregadores.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) elogiou a decisão de realizar o debate sobre a reforma na CAS. Para que o procedimento se torne regra, ele anunciou que vai propor mudança no Regimento Interno, a fim de determinar que esse tipo de matéria seja discutida também nas comissões temáticas.

Mão Santa (PMDB-PI) criticou a pressa com que o assunto estaria sendo discutido no Senado. Ele recomendou que o relator Tião Viana (PT-AC) recolha as emendas e as analise com calma.

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) disse que há pouco espaço para negociar a reforma junto a Berzoini. Ele observou que a bancada do PMDB apresentou emendas para alterar as regras para a definição do teto dos benefícios.

Senadoras defendem donas-de-casa

As senadoras Fátima Cleide (PT-RO), Serys Slhessarenko (PT-MT) e Ana Júlia Carepa (PT-PA), durante reunião da CAS com o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, manifestaram preocupação com a situação das donas-de-casa, que não estão incluídas no sistema previdenciário. Berzoini disse que já montou um grupo de trabalho para analisar o assunto.

Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu detalhes sobre os fundos de previdência privados que estão sendo planejados para o servidor público.

Eurípedes Camargo (PT-DF) registrou interesse em que o governo implemente soluções para incluir no sistema previdenciário os trabalhadores do mercado informal.

Respondendo a Paulo Paim (PT-RS), Berzoini admitiu discutir critérios para fixação de um único subteto salarial nos estados. Paim disse dispor de um documento com a assinatura de 25 governadores que concordam com a idéia.

Sarney recebe auditor da Previdência

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem, do presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (Anfip), Marcelo Oliveira, publicação editada pela entidade sobre a situação da Previdência no Brasil, além de sugestões para a discussão da matéria pelo Senado.

Oliveira observou que “o Senado melhorou a qualidade do debate técnico sobre a reforma da Previdência”.

REFORMAS Relatório sobre a reforma da Previdência Social, apresentado pelo senador Tião Viana na CCJ, manteve integralmente o texto aprovado pela Câmara dos Deputados. Mas ele admite que pode haver mudanças

Tião Viana mantém texto e rejeita as 290 emendas

O senador Tião Viana (PT-AC) apresentou ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o relatório sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC nº 67/2003) da reforma da Previdência. O relator rejeitou todas as 290 emendas apresentadas pelos senadores, mantendo na íntegra o texto aprovado na Câmara dos Deputados (veja o quadro abaixo). O senador Edison Lobão (PFL-MA), presidente da CCJ, marcou para a próxima quarta a votação da proposta.

Tião Viana admitiu que o texto pode ser alterado. Ele quer continuar debatendo os pontos da reforma com os senadores até a votação em primeiro turno em Plenário, que, segundo avalia, deve se dar na segunda quinzena de outubro.

– A discussão não se esgotou com o relatório, que é mais um ponto de partida – disse o senador, salientando que o interesse dos estados em relação ao subteto salarial pode ser fundamental no texto final.

Ele afirmou que, se as emendas forem produto de entendimento com os governadores, poderá aproveitá-las.

Tião Viana admitiu estar sen-



DISCUSSÃO Tião Viana (D), ao lado de Lobão, disse que seu relatório é o ponto de partida para se debater a reforma da Previdência

sível a mudanças em três pontos, além do subteto: regras de transição para os atuais servidores, mecanismos de controle social das contas da Previdência e a possibilidade de se isentar de contribuição os servidores inativos que tiverem mais de 70 anos e tenham se aposentado em decorrência de moléstia grave.

Em seu relatório, Tião Viana sustenta que as dificuldades de financiamento da Previdência do setor público obrigaram o governo a propor as mudanças no sistema.

– A reforma objetiva tornar o sistema previdenciário brasileiro mais justo e tecnicamen-

te sustentável. Não altera nenhuma regra de acesso a benefícios do regime geral (da iniciativa privada), que não sofre dos mesmos desequilíbrios (do setor público).

Ao final da reunião da CCJ, Tião Viana ressaltou o clima de diálogo entre governo e oposição. Ele disse que o Senado terá sensibilidade para tratar a reforma da melhor forma possível e garantiu que a proposta do governo protege a imensa maioria dos trabalhadores no serviço público – “96% dos servidores dos estados do Nordeste e do Norte; 90% dos estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste e 87% dos servidores da União”.

Oposição confirma que vai tentar modificar a proposta

Os líderes oposicionistas tentarão alterar o texto da reforma da Previdência, aprovado na Câmara e mantido no relatório do senador Tião Viana. Um dos pontos que devem ter a atenção dos senadores, conforme adiantou o líder do PFL, José Agripino (RN), é a fixação de uma regra de transição para o novo sistema mais benéfica para os atuais servidores.

Pela proposta, subscrita pelo PFL, PSDB e PDT, são beneficiados os funcionários que estão próximos da aposentadoria mas, pela proposta aprovada pelos deputados, teriam de trabalhar por mais sete anos. A emenda usa como base o tempo que falta para o servidor completar 30 anos (mulher) ou 35 anos (homem) de serviço. Em todos os casos, o homem só poderá pedir aposentadoria se tiver 53 anos e mulher 48 anos (como a lei exige hoje). O percentual que faltar para o tem-

po de contribuição será usado na redução dos sete anos adicionais na idade (84 meses).

Agripino revelou um acordo com os líderes do governo que garante alterações nas regras de transição, na cobrança de inativos aposentados em decorrência de moléstias graves e no subteto salarial nos estados, mas ressaltou que isso não significa que o PFL abre mão de outras modificações.



EMENDAS Agripino anunciou acordo com o governo para mudanças em três pontos

Senado promove seminário para discutir Previdência

A Consultoria Legislativa, em parceria com o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), realiza hoje, das 14h30 às 17h30, o seminário “PEC da Reforma da Previdência: o Projeto Aprovado pela Câmara, suas Virtudes e seus Pontos Polêmicos”, que ocorrerá no Senado.

No seminário serão discutidos o texto da reforma da Previdência Social encaminhado à

Casa, o impacto da proposta sobre as contas públicas e os pontos vulneráveis e polêmicos do projeto apresentado pelo governo.

Os expositores sobre Previdência Social serão os consultores legislativos do Senado Gilberto Guerzoni Filho e Fernando Boarato Meneguim e o consultor da Câmara Flávio Freitas Farias.

Plenário aprova pedido de auditoria na Seguridade

O Plenário aprovou requerimento de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) pelo qual será solicitada, ao Tribunal de Contas da União (TCU), uma auditoria sobre as contas relativas ao orçamento da Seguridade Social.

O objetivo, segundo Simon, é resolver a controvérsia a respeito dos dados referentes ao suposto déficit previdenciário, principal argumento apresentado pelo governo na defesa da proposta de emenda à Constituição (PEC nº 67/2003) de reforma da Previdência.

– No momento em que se dedica à apreciação da reforma da Previdência do setor público, com o argumento de, com ela, realizar-se justiça social, é imprescindível que essas análises sejam sustentadas por dados verídicos. Solicito essa inspeção pelo TCU ao menos nas contas de 2002 – disse Simon.

De acordo com o senador, os números apresentados pelo governo apontam para um déficit de R\$ 22 bilhões anuais, enquanto estudos independentes apresentam um superávit de até R\$ 36 bilhões.

Como está a reforma da Previdência

Ampliação do teto do Regime Geral da Previdência

A PEC eleva de R\$ 1.869 para R\$ 2.400 o valor do maior benefício pago pelo INSS.

Teto para aposentadorias e pensões dos futuros servidores

Passa a ser o mesmo do Regime Geral (R\$ 2.400).

Teto de remuneração no serviço público

O maior salário ou benefício pago no serviço público será o valor da remuneração atribuída a ministro do Supremo Tribunal Federal. Nos estados, o subteto será variável, conforme o Poder a que se vincule o servidor.

Cálculo do valor das pensões

As pensões corresponderão ao teto do Regime Geral (R\$ 2.400) mais 70% da parcela excedente em relação aos proventos do servidor falecido.

Idade mínima e regras de transição

Quem ainda não tem direito à aposentadoria proporcional ou integral somente terá aposentadoria integral (último salário) desde que tenha atingido as seguintes condições, cumulativas: 60 anos de idade (homem) e 55 anos (mulher); 35 anos de contribuição (homem) e 30 anos (mulher); 20 anos de efetivo exercício no serviço público, sendo dez na carreira e cinco no cargo.

Quem quiser se aposentar antes de completar as idades de 60 e 55 anos (homem e mulher) deve cumprir os outros requisitos e o valor da aposentadoria terá um redutor de 3,5% para cada ano antecipado, se pedir o benefício até 31 de dezembro de 2005, ou de 5% por ano a partir desta data. A antecipação máxima é de 7 anos.

Quem entrar para o serviço público depois da reforma terá aposentadoria paga pelo Estado limitada a R\$ 2.400. Se quiser aumentar a renda na velhice, terá de contribuir para um fundo de previdência complementar dos servidores.

Contribuição dos inativos

Será cobrada taxa previdenciária de 11% de todos os aposentados e pensionistas, mas incidindo apenas sobre a parcela que exceder a R\$ 1.200 (no caso de aposentado estadual) e R\$ 1.440 (federal). Os futuros servidores só pagarão a contribuição, quando se aposentarem, sobre o que exceder a R\$ 2.400.

Sarney recebe homenagem do setor cultural

O gerente de Cultura do Maranhão, Luis Bulcão, convidou ontem o presidente do Senado, José Sarney, a participar do Fórum Nacional dos Secretários de Cultura dos Estados, que se realizará no dia 10 de outubro, em Bonito (MS). Os secretários pretendem homenagear o senador pela legislação de incentivo à produção cultural que implantou durante sua passagem pela Presidência da República, a qual consideram ameaçada pela proposta de reforma tributária.

Kapaz entrega propostas do empresariado

O senador José Sarney recebeu ontem o empresário Emerson Kapaz, presidente do Instituto pela Ética na Concorrência, que lhe informou a posição da entidade sobre a reforma tributária. Segundo o visitante, Sarney assegurou que o Senado discutirá em profundidade a proposta.

Kapaz disse que as principais preocupações do instituto são com a criação de mecanismos para coibir a impunidade dos sonegadores de impostos e as práticas de concorrência desleal, além de evitar que a carga tributária das empresas seja aumentada.

Jucá elogia Faap por apoio a ex-jogadores



Jucá: apoio aos futebolistas do passado

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) registrou a importância dos trabalhos desenvolvidos pela Federação de Associações de Atletas Profissionais (Faap). Ele disse que os recursos repassados

para a entidade beneficiam jogadores de futebol profissionais, que normalmente vêm de classes mais humildes e muitas vezes terminam a vida na miséria ou em dificuldade. Atualmente, quase 80% das receitas da entidade são aplicados em benefícios.

Primeiro pregão do Senado economiza R\$ 3 milhões

■ Nova modalidade de licitação foi usada na segunda-feira para a compra de produtos de informática

O primeiro pregão realizado pelo Centro de Processamento de Dados e Informática (Prodasen) para aquisição de 1,5 mil microcomputadores e 64 monitores, ocorrido na segunda-feira, permitiu uma economia de R\$ 3 milhões para o Senado, informou ontem o 1º secretário, senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Ele salientou que essa nova modalidade de licitação, a ser adotada de agora em diante pelo Senado para aquisição de bens permanentes, tem por objetivo agilizar e baratear a compra de material e de serviços, além de tornar transparen-



SUCESSE Tuma informou que o pregão será usado para a compra de material permanente

te todo o processo. Somente dessa maneira, observou, é possível evitar arranjos entre empresas que fazem parte de concorrências, com a finalidade de empurrar os preços para cima.

Os microcomputadores e monitores, a serem distribuídos para diversas áreas do Se-

nado, foram adquiridos no pregão por R\$ 4.874.592,60. De acordo com o pregoeiro, Guilherme Ferreira da Costa, a estimativa da compra era de R\$ 7.930.414, tendo a Casa economizado a diferença (quase 40% do previsto). Todo o equipamento atendeu às especificações técnicas estabelecidas.

Essa é a primeira vez que o Senado realiza pregão para a compra do chamado material permanente. A prática deverá ser estendida para a contratação de serviços. Para Tuma, que trouxe a ideia para o Senado, essa nova modalidade de compra irá substituir a licitação por concorrência, que, lembrou, é demorada.

O senador assegurou que a licitação por concorrência será mantida para aquisição de material de consumo e adiantou que os futuros pregões serão realizados via Internet.

Senado e Itamaraty assinam convênio

O presidente do Senado, José Sarney, e o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, assinaram ontem convênio de divulgação cultural e educativa com a utilização em parceria de recursos e equipamentos, inclusive os da TV Senado. O convênio formaliza e amplia a atuação conjunta do Senado com o ministério na realização do programa *Conversa de Música*, produzido e transmitido pela TV Senado, que é gravado no Palácio do Itamaraty.

Ao assinar o convênio, Sarney disse que a ligação entre o Senado e o Itamaraty vem desde



ELOGIOS Sarney (E) diz que solenidade é prova de apreço pelo ministro Celso Amorim

o Império e que o trabalho de acompanhar a política externa brasileira faz parte das prerrogativas dos senadores. Ele enfatizou a preocupação co-

mum das duas instituições com a cultura brasileira. O senador explicou que a solenidade demonstra o apreço do Senado pelo ministro Celso Amorim, cuja competência elogiou.

Estavam presentes à solenidade o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, o diretor da Secretaria de Comunicação Social, Armando Rollemberg, e a diretora da TV Senado, Marilena Chiarelli.

Suassuna lança terceiro livro de poesias

O presidente do Senado, José Sarney, participou ontem do lançamento do livro *Desenhos & Poesias*, do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), uma coletânea de poemas e gravuras em aquarela que será vendida, a partir da próxima semana, pela Livraria Siciliano.

Prefaciador do livro, Sarney disse que *Desenhos & Poesias* é a junção dos talentos de intelectual e artista de Suassuna, que ele resume como a capacidade de "cantar em versos e pintar, na criação de mundos, desenhos e cores, bichos e objetos, que se transformam ao sabor da imaginação".

Sarney também assinalou que Suassuna é um homem de sete talentos, que começam pelo encanto

pessoal e pela personalidade aberta. Para o senador, Suassuna tem o "talento do poeta que sabe que a poesia é a arte de buscar a transcendência das palavras, eternizando instantes, emoções, momentos e sentimentos".

No mesmo preâmbulo, José Sarney avalia que o engenho de Suassuna não se esgota no gênero literário da poesia, mas se exerce também na criação, com o pincel, de figuras simples, em cores alegres e escuras, num "movimento lento, quase de estátuas".

Esse é o terceiro livro de poesias de Ney Suassuna, que diz escrevê-las durante as viagens de avião que faz entre Brasília e a Paraíba. Seu primeiro livro de poesias, *Ousadia*, foi

lançado em 2001. O segundo, *Desafios*, chegou às livrarias em abril passado.

Crônicas de Sobral

Ao lado do senador Marco Maciel (PFL-PE) e outros parlamentares, José Sarney esteve no lançamento do livro *Sobral - Cidade das Cenas Fortes*, do jornalista Lustosa da Costa. A publicação reúne uma coletânea de crônicas da vida social e costumes daquela localidade cearense.

Sarney elogiou a veia literária do autor, ressaltando tratar-se de escritor marcado por sua terra e por suas raízes, sendo edificante o que ele tem feito com sua obra. O livro, produto de pesquisa histórica, depoimentos e peregrinações, foi editado pela ABC e tem 235 páginas.



BIBLIOTECAS Mesquita Júnior foi o relator na CAE do projeto aprovado ontem pelo Plenário

Projeto facilita a compra de livros e jornais

O Plenário aprovou ontem, por 61 votos a favor e 1 contra, projeto de lei complementar do Senado determinando que o material bibliográfico, no âmbito da administração pública, passa a ser considerado como bem não permanente de consumo. A medida facilita a aquisição desse material, bem como a destinação social, por meio de doação, após o fim de sua vida útil.

Ao aprovar o PLS nº 55/99, do então senador Lúcio Alcântara, o Plenário considerou prejudicado o PLS nº 581/99, apresentado pela então senadora Luzia Toledo, que tratava do mesmo assunto. Ainda foram aprovadas duas emendas apresentadas pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), por 59 votos a favor.

O relator na CAE, senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), afirmou que a legislação impede que se promovam descartes de livros por doação, "em benefício de bibliotecas públicas de municípios pobres". Segundo ele, "quem perde é o público, ao dispor de publicações em estado de decomposição decorrente do uso prolongado e ao valer-se de obras desatualizadas, infensas à renovação da informação".

Mesquita Júnior disse que a lei em vigor, ao tratar o material bibliográfico como bem permanente, dificulta seu processo de aquisição. Para o senador, hoje é impossível que os órgãos públicos negociem descontos na aquisição das obras.

Uma das emendas introduzidas pela CAE e aprovadas pelo Plenário muda a expressão "livros e meios de registro e reprodução magnéticos" para "material bibliográfico registrado em papel ou em meio eletrônico", de forma a incluir mapas e periódicos.

Razoabilidade pode ser incluída na administração

O Senado aprovou, em segundo turno, por 61 votos a favor e 1 contra, a proposta de emenda à Constituição (PEC nº 55/2003) de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) – foto – que inclui a razoabilidade entre os princípios legais que regem a administração pública. A matéria segue agora para a Câmara dos Deputados.

– Na verdade, não se trata de inovação, posto que é ponto pacífico o acolhimento do princípio da razoabilidade como *fundamentum decisum* nos tribunais, argumenta Mozarildo, ao justificar a proposta.

Ele explica que o princípio da razoabilidade é derivado do princípio da legalidade e está implícito na Constituição. Saliencia ainda que a razoabilidade é instrumento de garantia dos direitos fundamentais contra possíveis e eventuais arbítrios ou excessos do administrador público.

O relator da PEC, senador Jefferson Péres (PDT-AM), lembrou que a razoabilidade, já reconhecida pelas Constituições dos estados de São Paulo, Sergipe e Minas Gerais, é mencionada por vários juristas.



CPI ouve hoje ex-governador paranaense

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) do Banestado, que investiga o envio irregular de divisas para o exterior, por meio de contas CC-5, reúne-se hoje, a partir das 11h, para ouvir depoimentos do ex-governador paranaense Jaime Canet e do médico José Ricardo Savioli. A reunião, que seria realizada ontem pela manhã, foi adiada em razão de audiência pública, marcada para o mesmo horário, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado sobre a reforma da Previdência Social. Esse foi o último debate no âmbito das comissões permanentes sobre a proposta do governo, com a presença do ministro Ricardo Berzoini.

Capiberibe pede fim de assassinatos

O senador João Capiberibe (PSB-AP) conclamou os senadores a “elaborarem propostas concretas para acabar com a matança no campo”. Segundo ele, desde 1990 ocorreram 1.671 assassinatos de trabalhadores rurais, tendo havido uma escalada a partir de 2000. Para Capiberibe, a estrutura fundiária concentrada, em que menos de 50 mil proprietários possuem metade das terras agricultáveis, é a principal causa da “matança indiscriminada” de trabalhadores rurais, líderes do MST e indígenas.



Fátima aplaude operação do Ibama e Polícia Federal

Ao destacar o desmantelamento de quadrilha que vinha roubando madeiras nobres em áreas indígenas e parques estaduais de Rondônia, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) parabenizou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Polícia Federal pelo sucesso da operação.

Segundo a senadora, a quadrilha começou a atuar ano passado e os investigadores calculam que foram roubados 120 mil metros cúbicos de madeira, o equivalente ao desmatamento de 10 mil hectares de florestas nativas.

Fátima Cleide cumprimentou Oswaldo Pitaluga, encarregado do Ibama em Ariquemes (RO), e os procuradores e policiais envolvidos na operação. Também elogiou a atuação do presidente do Ibama, Marcus Barros, e da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, na defesa do zoneamento de Rondônia.

Na presidência da sessão, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) endossou os cumprimentos feitos pela senadora à Polícia Federal, ao Ibama e a todas as autoridades por ela citadas.



Ministro deve apresentar explicações sobre o Inca

■ CFC quer conhecer procedimentos administrativos que levaram à demissão de diretores do órgão

O ministro da Saúde, Humberto Costa, será convidado pela Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) a prestar esclarecimentos sobre procedimentos administrativos no Instituto Nacional do Câncer (Inca), no Rio de Janeiro, que resultaram na demissão de diretores do órgão, no final de agosto. Requerimento nesse sentido, de autoria do líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), foi aprovado ontem pelo colegiado. A audiência será em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Também foi aprovado requerimento do presidente da CFC, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), pedindo informações ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, sobre a evolução de contrato de crédito externo entre o governo do estado de



EMPRÉSTIMO Suassuna pede informações a Antonio Palocci sobre crédito concedido a Rondônia pela Corporação Andina de Fomento

Rondônia e a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de US\$ 35 milhões.

A comissão aprovou ainda requerimento do senador César Borges (PFL-BA) solicitando ao Tribunal de Contas da União (TCU) a estatística sobre o acompanhamento da aplicação dos recursos repassados pela União a estados, ao Distrito Federal e aos municípios, mediante convênios, acordos e outros instrumentos.

Os membros da CFC também aprovaram o envio de convite a dirigentes da Agência Nacional de Transportes Terrestres

(ANTT) e da Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN) para oferecerem informações sobre o volume de investimentos privados e públicos efetuados na malha ferroviária do Nordeste, além da qualidade dos serviços oferecidos. Os autores do requerimento são os senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e Romero Jucá (PMDB-RR).

Um aviso do TCU sobre auditoria no Aeroporto de Guararapes (PE) e um outro sobre inspeção no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foram examinados pela CFC e serão enviados ao arquivo.

Maguito Vilela volta a comentar denúncia contra governo goiano

Denúncia publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* do último domingo sobre convênio entre o governo de Goiás e a Rede Goiana de Microcrédito, sem licitação, para administrar o programa Banco do Povo, voltou a ser comentada em Plenário pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO).

O senador informou que nova reportagem publicada

ontem pelo jornal revelava que o Ministério Público do estado vai pedir ao Ministério da Justiça que reveja a concessão do título de Organização Social de Interesse Público (Oscip) à entidade, que deveria receber até R\$ 13,7 milhões pelos serviços prestados ao governo do estado.

Maguito ressaltou que, ao trazer o assunto ao Senado, não tinha intenção de levantar qualquer calúnia ou difamação contra o Executivo de Goiás.

Em aparte, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) se disse surpresa por ter de voltar a tratar em Plenário de uma questão que já considerava superada. E Demostenes Torres (PFL-GO) assinou que não há prova de irregularidade nem qualquer procedimento instalado.



Maguito diz que MP quer cassar título de entidade

Pavan justifica ausência em encontro sobre a duplicação da BR-101

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) confirmou informação do jornal catariense *A Notícia* de que apenas o deputado Jorge Boeira (PT-SC) participou da reunião no Ministério dos Transportes em que foi discutida a duplicação da BR-101. Ele explicou que a ausência foi motivada por uma falha de sua assessoria, que não agendou o compromisso.

Na reunião com Anderson Adauto e diretores do ministério, segundo o senador, foi informado que, dos R\$ 870 milhões previstos para este ano, apenas R\$ 43 milhões serão liberados. Pavan registrou que o próprio ministro ficou surpreso com os cortes anunciados pelo governo.

– O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que deve financiar 60%, também já tem dúvidas se ainda vai entrar com recursos para a execução da obra. Espero que a duplicação da BR-101 saia e que também as idéias na cabeça do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sejam duplicadas; que ele não continue pensando em apenas uma região e que também olhe para a Região Sul do país – disse ele.



Pavan espera mais atenção de Lula à Região Sul

Maciel é contra Forças Armadas na repressão

O senador Marco Maciel (PFL-PE) posicionou-se contra a militarização da segurança pública e contra o emprego das Forças Armadas em tarefas de repressão ao crime. Ele justificou que não apenas a Constituição federal impede, como a própria natureza



Maciel vê finalidades opostas entre Forças Armadas e de segurança

das Forças Armadas e a das polícias são diversas e opostas.

– A eficiência das Forças Armadas sempre se mediu por sua capacidade de destruir vidas e patrimônios. A das forças de segurança pública tem que ser aferida em todos os resultados que conseguem, preservando a vida e a propriedade dos cidadãos. Como conciliar

fins exatamente opostos e incompatíveis entre si? – indagou Maciel.

Na avaliação do senador, existe uma concepção errada de que reprimindo os delinquentes se garante a segurança dos cidadãos. Ele lembrou que são necessárias desde a identificação e localização do criminoso até a apresentação, pelo Ministério Público, de uma ação penal.

Em aparte, o senador João Capiberibe (PSB-AP) argumentou que, no instante em que se discute um sistema integrado de segurança pública, é necessário também debater a integração do Judiciário.

Roosevelt Pinheiro

Tebet quer agência para desenvolver Centro-Oeste

Senador cumprimenta governo federal por dar primeiro passo para criação de órgão de fomento regional

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) cumprimentou o governo federal pela instituição de grupo interministerial destinado a estudar proposta de criação de uma agência de desenvolvimento para a Região Centro-Oeste. O decreto instituindo o grupo foi publicado no *Diário Oficial da União* de ontem.

O grupo, informou Tebet, terá integrantes dos ministérios da Fazenda, do Planejamento e do

Meio Ambiente, além da Casa Civil e da Advocacia Geral da União. A coordenação do grupo, que terá 60 dias para conclusão dos estudos, ficará a cargo do Ministério da Integração Nacional.

Para o senador, a criação da agência de desenvolvimento

é de suma importância para a região, que tem 100 milhões de hectares de terras agricultáveis. Tebet pediu que a agência seja criada imediatamente, para aproveitar o imenso potencial da região, principalmente para a agroindústria.

O senador disse que a criação



Tebet: região tem 100 milhões de hectares agricultáveis

do órgão foi uma bandeira de seu primeiro mandato de senador, mas suas reivindicações foram em vão.

Para Ramez Tebet, a nova agência terá a missão de combater as desigualdades regionais. Ele advertiu que a própria

gestão dos fundos se resente de uma estrutura constitucional, uma vez que o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) até hoje espera a alocação de R\$ 1 bilhão em recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Roosevelt Pinheiro

Sérgio Zambiasi lembra Revolução Farroupilha

A reverência do povo gaúcho ao dia 20 de setembro, data em que se comemora o início da Revolução Farroupilha, foi ressaltada em discurso pelo senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), lembrando que os revolucionários "viveram uma saga de feitos, ora trágicos, ora épicos, entre 1835 e 1845". Zambiasi entregou a cada senador um exemplar do livro *Os*



Zambiasi: dez anos de feitos trágicos e épicos do povo gaúcho

tra a taxação imposta pelo governo imperial ao charque produzido no Rio Grande do Sul.

Farrapos, publicação especial da Zero Hora Editora Jornalística, que relata a história dos dez anos em que os estancieiros gaúchos conduziram a revolta contra o exército do Império.

O episódio farroupilha foi desencadeado contra a taxação imposta pelo governo imperial ao charque produzido no Rio Grande do Sul.

Roosevelt Pinheiro

Jonas elogia papel brasileiro na OMC

O papel de destaque desempenhado pelo Brasil na 5ª Conferência da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada na semana passada em Cancún (México), foi assinalado pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), que integrou a missão oficial brasileira.

Ele disse que, não fosse a firme posição dos negociadores brasileiros, os resultados da conferência teriam sido prejudiciais aos interesses do grupo de



Jonas acha que Brasil deve voltar ao tema na discussão da Alca

países em desenvolvimento produtores de alimentos, o chamado G-21.

Segundo o senador, o grupo liderado pelo Brasil assumiu a defesa da eliminação dos subsídios agrícolas, tema que não agrada sobretudo aos Estados Unidos e à União Européia, que gastam em conjunto cerca de US\$ 1 bilhão por dia com incentivos aos seus produtores.

Diante da intransigência dos

países ricos, de acordo com o senador, a reunião terminou em impasse, o que colocaria em xeque o verdadeiro papel da Organização Mundial do Comércio, cujo modelo de administração tende sempre a favorecer os países ricos.

Para Jonas Pinheiro, o Brasil deveria condicionar qualquer discussão na Área de Livre Comércio das Américas (Alca) à apreciação antecipada de temas como o subsídio e o apoio interno à agricultura.

Em apartes, os senadores Heráclito Fortes (PFL-PI) e Osmar Dias (PDT-PR) reforçaram as palavras de Jonas Pinheiro.

Roosevelt Pinheiro

Projeto de Papaléo restringe publicidade de medicamentos

Ao apresentar projeto de lei que restringe a promoção e publicidade de medicamentos às publicações especializadas (PLS nº 308/2003), o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) explicou ontem que a propaganda de remédios nos meios de comunicação leigos induz o consumidor a erro e incentiva a automedicação, favorecendo quadros graves de intoxicação, um grande problema de saúde pública no Brasil.

– O comércio de medicamentos não pode obedecer a critérios meramente econômicos, pois podem afetar diretamente a vida. São a principal causa de intoxicação no país, superando agrotóxicos e produtos de limpeza – observou.



Célio Azevedo

Valadares defende adoção de políticas regionais

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu ontem políticas de desenvolvimento regional que transcendam a concessão de incentivos fiscais. Para o senador, o momento é oportuno para adoção dessas políticas, pois entra na pauta a discussão sobre a reforma tributária.

De acordo com Valadares, é preciso investir em infra-estrutura nos estados mais pobres; criar centros de excelência em pesquisa e educação; e instituir incentivos sociais e programas de geração de emprego e renda.



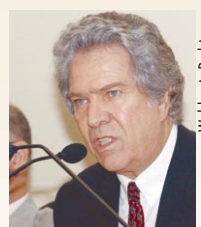
Célio Azevedo

Hélio Costa pede revisão dos empréstimos ao setor elétrico

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) pediu ontem à ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, e ao presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, a revisão do programa de empréstimo do banco, de R\$ 3 bilhões, às estatais do setor elétrico.

– As imposições feitas são inaceitáveis – afirmou Hélio Costa.

Para o senador, a proposta beneficia as empresas que não conseguiram na ocasião cumprir com seus compromissos (São Paulo, Goiás, Rio Grande do Sul e Alagoas) e não contempla as empresas de energia de Minas Gerais, Paraná, Distrito Federal e Piauí.



Waldemir Rodrigues

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Romeu Tuma, Eduardo Siqueira Campos e Eurípedes Camargo